

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CMDCA
Lei de Criação nº 545/2015

Processo Unificado de Escolha Suplementar para Membros do Conselho Tutelar do Município de Tucumã -
Pará para o Quadriênio 2020/2024

Edital Nº 001/2022 – CMDCA

PROVA OBJETIVA

1. Qual órgão que reúne representantes do Governo e da Sociedade Civil para discutir, avaliar, deliberar, definir normas e fiscalizar a oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais governamentais e não governamentais no município?
 - a) Conselho Tutelar.
 - b) Comitê Gestor do Programa Criança Feliz.
 - c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - d) Conselho Municipal de Assistência Social.
2. Assinale qual órgão NÃO faz parte do Sistema de Garantia de Direitos - SGD.
 - a) Conselho Tutelar.
 - b) CREAS.
 - c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
 - d) Câmara de Vereadores.
3. Correspondem à importantes mecanismos de prevenção, participação e controle social na Política de Atendimento à Crianças e Adolescentes, **EXCETO**:
 - a) Fundo de Garantia de Tempo de Serviço-FGTS.
 - b) Conferências.
 - c) Conselhos de políticas públicas.
 - d) Ouvidorias.
4. Complete a afirmativa: “O poder Executivo providenciará todas as condições necessárias para o adequado funcionamento dos Conselhos Tutelares, assegurando-lhes tanto local de trabalho privativo que possibilite o

atendimento..... e, bem como equipamentos, material e pessoal necessários para o apoio administrativo de forma padronizada.

- a) Pedagógico e psicológico
- b) Seguro e sigiloso
- c) Social e jurídico
- d) Espontâneo e natural

5. Sobre as premissas abaixo:

I) Não é vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão, desde que nomeado pelo prefeito.

II) O membro do Conselho Tutelar será responsabilizado pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

III) A responsabilidade pelo uso e divulgação, ambos indevidos, de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes no âmbito do município não se estende aos funcionários e auxiliares à disposição do Conselho Tutelar.

É correto afirmar que:

- a) I e III estão corretas.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas III está correta.
- d) Todas estão corretas.

6. O Art. 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90) exige que os/as candidatos/as a Conselheiro/a Tutelar tenham a “idoneidade moral” reconhecida. Logo, tal exigência, refere-se a:

- a) Qualidades que recomendam o indivíduo à consideração pública.
- b) Ter larga experiência profissional na área social.
- c) Frequentar regularmente a igreja.
- d) Qualidade intelectual, em especial com títulos de mestrado e doutorado.

7. Ao passar pela praça matriz da cidade a Srª. Mara encontrou uma criança em situação de Trabalho Infantil e acionou o Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

- a) O Conselho Tutelar deverá ser acionado quando as políticas públicas não forem eficazes, ou seja, quando algum direito for violado ou negado.
- b) É função do Conselho Tutelar ir até o local para que seja feito o acompanhamento da criança até sua casa.

- c) É função do Conselho Tutelar ir até o local para que seja feito o acompanhamento da criança até sua casa, bem como aplicar a notificação aos pais.
- d) O Conselho Tutelar deve ser acionado sempre que existir uma situação de trabalho infantil.
- 8.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90), em seu Art. 139. e § 3º *“No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato”*:
- a) Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza exceto certidão de nascimento;
- b) Doar oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- c) Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, podendo ofertar brindes de pequeno valor;
- d) Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, exceto cesta básica.
- 9.** Sobre as atribuições e competências do Conselho Tutelar podemos afirmar que o órgão:
- a) Autoriza a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado/a dos pais ou responsável em bailes ou promoções dançantes;
- b) Emite a autorização de funcionamento de comércios que explorem jogos eletrônicos;
- c) Emite Guia de Acolhimento;
- d) Requisita certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- 10.** Sempre que o Conselho Tutelar receber a notícia da prática, em TESE, de crime contra criança ou adolescente, deve-se levar o caso imediatamente ao Ministério Público (art. 136, inciso IV, do ECA), sem prejuízo de se prontificar a aplicar, desde logo, medidas de proteção à criança ou adolescente vítima, bem como realizar um trabalho de orientação aos seus pais ou responsável. Diante da premissa, marque a alternativa correta:
- a) Conselho Tutelar é um órgão de segurança pública, por isso cabe a ele participar da realização do trabalho de investigação policial;
- b) Em qualquer caso, é preciso ficar óbvio que todos os órgãos, serviços e autoridades corresponsáveis pelo atendimento do caso devem agir em regime de colaboração, ficando a cargo do Conselho Tutelar coordenar esse trabalho;
- c) A avaliação acerca da efetiva caracterização ou não do crime cabe ao Ministério Público, após a devida investigação do fato pela autoridade policial;
- d) Nesse primeiro momento não é necessário acionar a rede de proteção à criança e ao adolescente.

11. São instrumentais de atuação do Conselho Tutelar os referidos documentos oficiais:
- a) Declaração de subordinação ao poder executivo.
 - b) Termo de ação de julgamento de guarda de criança ou adolescente.
 - c) Representação para perda ou suspensão do poder familiar ou destituição de tutela.
 - d) Requisição de apresentação pelos pais ou responsável de comprovante de renda para pagamento de pensão alimentícia.
12. Diante das alternativas abaixo, assinale a que corresponde aos documentos oficiais utilizados pelo Conselho Tutelar:
- a) Termo de visita de inspeção, Notificação e Termo de execução de medida.
 - b) Termo de execução de medida, Auto de constatação e Termo de visita de inspeção.
 - c) Notificação, Termo de visita de inspeção e Auto de constatação.
 - d) Auto de constatação, Notificação e Termo de execução de medida.
13. Se o Conselho Tutelar for procurado por alguém que deseja solicitar a guarda de uma criança ou adolescente, sem que esta tenha sido concedida pelo Poder Judiciário, cabe ao órgão:
- a) Apenas registrar o caso e encaminhá-lo imediatamente à apreciação da autoridade judiciária, por meio do Ministério Público;
 - b) Conceder a guarda provisória, e em seguida encaminhá-la à apreciação da autoridade judicial;
 - c) Conceder a guarda provisória e aguardar a manifestação do Ministério Público;
 - d) Além de intervir em todo o processo o Conselho Tutelar terá acesso aos autos.
14. Quanto à criação e natureza do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Tucumã é um órgão:
- a) Permanente, deliberativo e controlador das ações em todos os níveis da política de atendimento à criança e ao adolescente.
 - b) Permanente, deliberativo, controlador e vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - c) Normativo, deliberativo, consultivo e controlador de atendimento, vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Administração;
 - d) Normativo, deliberativo, consultivo e controlador de atendimento, vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social;

15. Sobre a função que exerce um (a) Conselheiro (a) Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é CORRETO afirmar que:
- a) Não tem relevância pública;
 - b) Será considerada de interesse público relevante e não será remunerada;
 - c) Será remunerada, sendo que o valor do subsídio financeiro não ultrapassará o limite de 1 (um) salário mínimo vigente;
 - d) Pode ser exercida por membros do legislativo municipal.
16. No que diz respeito ao direito a saúde disposto no Título II, Capítulo I que trata sobre o Direito à Vida e à Saúde na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é correto afirmar que:
- I. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente;
 - II. É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias;
 - III. As mães submetidas a medida privativa de liberdade perdem automaticamente o direito de amamentar seus filhos;
 - IV. É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- a) Todas os itens estão incorretos
 - b) Os itens I, II e IV estão corretos
 - c) Todos os itens estão corretos
 - d) Os itens I e III estão corretos
17. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90), no que se refere à Adoção marque a alternativa INCORRETA:
- a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
 - b) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais;
 - c) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência é dispensado;
 - d) A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

18. Os/as adolescentes que cometem um ato infracional têm os mesmos direitos que os adultos de ter um devido processo legal e justo, que garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo assim, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na ausência de um defensor, cabe ao Conselho Tutelar defender o adolescente;
- b) Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor;
- c) Se o/a adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência;
- d) A criança ou o/a adolescente, seus pais ou responsáveis, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução do caso poderão intervir nos procedimentos de que tratam na Lei nº 8.069/90, através de advogado/a qual será intimado/a para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.

19. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, é dever de quem? Escolha a alternativa **CORRETA**:

- a) Do Poder Público, da família, da Igreja e da comunidade em geral.
- b) Da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público.
- c) Das Organizações da Sociedade Civil, da família, da Igreja e do Poder Público.
- d) Da sociedade em geral, da família, da sociedade civil, da Igreja.

20. As Unidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes devem garantir:

- a) Providenciar, sempre que possível, a transferência dos grupos de irmãos desmembrados para outras entidades de crianças e adolescentes acolhidos/as.
- b) Preservar os vínculos familiares, dar atendimento personalizado em pequenos grupos, bem como desenvolver atividades em regime de coeducação.
- c) Evitar, sempre que possível, o contato das crianças e dos/as adolescentes acolhidos/as com a família de origem.
- d) Evitar a participação de pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e dos/as adolescentes acolhidos/as.

21. Havendo maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar:

- a) A perda da guarda, independentemente de instauração de processo.
- b) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- c) O afastamento do/a agressor/a da moradia comum.
- d) Destituição do poder familiar ou tutela.

22. Considere a seguinte hipótese: Uma Orientadora Social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do município de Tucumã/PA confirmou ter observado maus tratos contra uma adolescente que frequentava as atividades deste serviço. Primeiramente ela foi falar com a mãe da adolescente, mas esta negou qualquer agressão física. Em outro momento, a adolescente pediu ajuda, dizendo sofrer agressões constantes de seu padrasto. E mais uma vez a Orientadora Social foi até à mãe, tendo, dessa vez informado que a adolescente, vinha recebendo ameaças do padrasto. Repetidas vezes a adolescente pediu ajuda à orientadora, mas esta não tomava qualquer atitude por sentir-se ameaçada. Ademais, considerava que já fizera sua parte ao procurar a família. Diante de uma situação de maus tratos como essa, em que a orientadora social em diversos momentos não comunicou à autoridade competente as reclamações da adolescente quando a suspeita de maus-tratos contra a adolescente estava latente, a penalidade a ser aplicada a orientadora seria de:

- a) Reclusão por um a dois anos, além de multa de seis a quarenta salários de referência por reincidência.
- b) Detenção por quatro anos, além de multa por reincidência.
- c) **Multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro pela reincidência.**
- d) Multa de dois a dez salários de referência

23. Sobre o Conselho Tutelar criado no âmbito dos municípios, ele é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de:

- a) Dar prioridade ao atendimento às crianças de zero a seis anos. Art. 131.
- b) Julgar os casos de discriminação e maus tratos à criança e adolescente.
- c) Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) Decidir sobre a guarda e adoção de crianças abandonadas.

24. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

- I - Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II - Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III - Primazia na formulação de políticas assistencialistas voltadas à infância;
- IV - Destinação privilegiada de recursos públicos à infância e à juventude somente nas áreas relacionadas à prevenção.

Tendo analisado os itens acima, é VERDADEIRO afirmar que:

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Os itens I e II estão corretos.
- c) Os itens I, II e III estão corretos.
- d) Os itens II e IV estão corretos.

25. A criança e o/a adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Em relação ao direito assegurado, conforme art. 53 da Lei n.º 8.069/90, leia as afirmações e assinale V (verdadeiro) e F (falso).

- () Ser respeitado/a pelos seus educadores.
- () Participar da definição e elaboração da proposta curricular do município.
- () Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias superiores.
- () Organizar e participar de entidades estudantis.
- () Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

A sequência correta é

- a) V, V, V, V e F
- b) F, V, V, F e F.
- c) V, F, V, V, e V.
- d) F, V, F, V e F.

26. Em conformidade com todo o conteúdo necessário para exercer as competências de Conselheiro/a Tutelar, é correto afirmar que:

- a) Poderá o Conselho Tutelar promover a execução de suas próprias decisões, sem necessidade de representar junto à autoridade judiciária nos casos de cumprimento injustificado de suas deliberações;
- b) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de 6 (seis) membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução;
- c) Não há necessidade de o Poder Público constar na Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.
- d) Considera-se adolescente, para os efeitos do ECA, a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.

27. Leia o fragmento de uma notícia publicada em um jornal de São Paulo.

“TIO” ACOLHE CRIANÇA APREENDIDA SEIS VEZES NA CRACOLÂNDIA EM SP

Aos recém-completados 12 anos, idade em que já poderia estar no sétimo ano do ensino fundamental, o menino não sabe ler nem escrever.

Nesta semana, foi apreendido pela sexta vez pela polícia por vender drogas, apontado como o mais jovem traficante da Cracolândia, reduto de usuários de crack na região central de São Paulo.

Segundo a polícia, a criança era peça essencial na cadeia de produção e distribuição de crack no centro.

[...]

A juíza Vanessa Vaitekunas Zapater, que determinou a liberação do menino, diz que nem ele nem o irmão tinham passagem pela Vara da Infância e Juventude e mandou que os dois fossem entregues ao Conselho Tutelar.

(Folha.com, 21.08.2010. Adaptado)

Dentre as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90), o Conselho Tutelar poderá, dentre outras:

- I. encaminhar aos responsáveis, mediante termo de responsabilidade.
- II. oferecer orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- III. incluir em programa comunitário ou oficial de auxílio à crianças e adolescentes.
- IV. internar em estabelecimento educacional.

São verdadeiras apenas as alternativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.

28. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente quais medidas descritas abaixo?

- I – Advertência.
- II – Obrigação de reparar o dano.
- III – Prestação de serviços à comunidade.
- IV – Liberdade assistida.
- V – Inserção em regime de semi-liberdade.
- VI – Internação em estabelecimento educacional.

- a) Apenas os itens I, II, III, IV.
- b) Apenas os itens I, II, IV.
- c) Apenas os itens I, II, III, IV, V.
- d) Todas as medidas citadas acima.

29. As entidades de atendimento governamentais e não governamentais previstas na Lei 8.069/90 serão fiscalizadas:

- a) Pela Câmara dos Deputados, pelo Judiciário, pelo Ministério público e pelos Conselhos Tutelares.
- b) Pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
- c) Apenas pelo Judiciário.
- d) Pela sociedade.

30. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8069/90): é assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Baseando-se nessa afirmação, assinale **V** para as alternativas verdadeiras e **F** para as alternativas falsas:

- () A criança e o adolescente com deficiência receberão atendimento especializado.
- () Incumbe à sociedade civil fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- () Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- () Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- a) V, V, F, F.
- b) V, F, F, V
- c) F, F, V, F.
- d) V, F, V, V.

NOVOS CAMINHOS Boa Prova!
CONSULTORIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL